

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

14

# PARTES E TERCEIROS NO PROCESSO CIVIL

COORDENADORES

Eduardo Talamini

Heitor Vitor Mendonça Sica

Lia Carolina Batista Cintra

Elie Pierre Eid

2020

 **EDITORA**  
*Jus***PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

G752      Grandes Temas do Novo CPC - Partes e Terceiros no Processo Civil / organizadores  
Eduardo Talamini, Heitor Sica, Lia Carolina Batista Cintra, Elie Pierre Eid – Salvador: Editora  
JusPodivm, 2020.  
816 p. (Grandes Temas do Novo CPC / coordenador Fredie Didier Jr.)

Vários autores  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-442-3244-6

1. Partes no processo. 2. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Talamini, Eduardo.  
III. Sica, Heitor. IV. Cintra, Lia Carolina Batista. V. Eid, Elie Pierre. VI. Título.

CDD 341.4621

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## **CAPÍTULO 1 ► Multilateralidade no processo civil: divergência de interesses em posições jurídicas .....23**

*Elie Pierre Eid*

1. Introdução.....	23
2. Desenvolvimento e interação da relação jurídica processual .....	24
2.1. Perfil teórico de relação processual como figura estática .....	26
2.2. Dinâmica e interatividade da relação processual .....	30
2.3. Legitimidade e interesse para a relação jurídica processual.....	34
3.1. Bilateralidade da relação processual pelo critério da oportunidade .....	35
3.2. Multilateralidade de interesses pelo direito material .....	37
3.2.1. Interesses pressupostos e divergência de interesses .....	38
3.2.2. Sobre a chamada “despolarização” da relação processual.....	43
4. Legitimidade pelo interesse para a adequada posição processual .....	45
4.1. Superação do critério da oportunidade e opção pela legitimidade para a posição processual .....	46
4.2. Mecanismos processuais para tutela de posições jurídicas multilaterais .....	48
5. Conclusões .....	52
Bibliografia .....	54

## **CAPÍTULO 2 ► Breves considerações acerca da influência do direito alemão no regime de intervenção de terceiros brasileiro ..... 59**

*Pedro Miranda de Oliveira e  
Gustavo Henrichs Favero*

1. Introdução.....	59
2. Breves considerações sobre a intervenção de terceiros no Direito alemão .....	62
3. Influências do Direito alemão na construção da processualística brasileira sobre intervenção de terceiros .....	66
4. Conclusão.....	68
Bibliografia .....	69

## **CAPÍTULO 3 ► Breve estudo de direito comparado sobre as modalidades de intervenção de terceiros no Brasil e em Portugal.....73**

*Guilherme Tambarussi Bozzo*

1. Introdução: problemática da tipificação das intervenções de terceiros e a tutela jurisdicional.....	73
--	----

2. Raízes históricas comuns da tipificação das modalidades de intervenção de terceiros em nosso sistema e no sistema processual português .....	76
3. Bases comuns entre as tendências reformistas em Portugal e as diretrizes da promulgação do CPC/15 .....	80
4. Soluções distintas em termos de sistematização das intervenções de terceiros nas novas reformas de Portugal e no CPC/15 .....	83
5. Conclusões .....	92
Referências bibliográficas .....	93

#### **CAPÍTULO 4 ► Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos..... 97**

*Fredie Didier Jr.,  
Hermes Zaneti Jr.  
e Gustavo Silva Alves*

1. Introdução.....	98
2. Fundamento e previsão legal.....	99
3. Natureza jurídica.....	101
3.1. Generalidades .....	101
3.2. Membro de grupo v. <i>amicus curiae</i> .....	102
3.3. Membro de grupo v. assistente.....	104
3.4. A intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro .....	108
4. A atuação dos membros de grupo: legitimidade <i>ad actum</i> , contribuição argumentativa e grau de interesse.....	111
5. Variedade e complexidade das participações durante o procedimento de julgamento de casos repetitivos .....	116
6. Notas conclusivas.....	117
Referências Bibliográficas .....	118

#### **CAPÍTULO 5 ► O terceiro afetado e o devido processo de resolução de demandas repetitivas ..... 121**

*Clayton Maranhão e  
Frederico Augusto Gomes*

1. Introdução .....	121
2. A situação jurídica do terceiro afetado .....	122
3. A natureza jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	124
3.1. Bases para a compreensão dos precedentes obrigatórios.....	125
3.2. A impossibilidade de tratar o IRDR como precedente.....	127
4. Considerações sobre o devido processo legal.....	132
5. O devido processo de resolução de demandas repetitivas .....	137

6. Conclusão .....	144
7. Bibliografia .....	144

## **CAPÍTULO 6 ► A participação de terceiros no julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas: uma análise do tribunal de justiça de São Paulo ..... 149**

*Susana Henriques da Costa e*

*Andrea Pimentel de Miranda*

Introdução .....	149
1. Crise do poder judiciário .....	150
2. A litigiosidade repetitiva .....	153
3. O IRDR como solução .....	156
3.1. A origem e objetivos do IRDR .....	156
3.2. Breves notas sobre cabimento, legitimidade e procedimento.....	157
3.3. IRDR e participação .....	159
4. A pesquisa empírica - análise dos incidentes de resolução de demandas repetitivas instaurados no tribunal de justiça do estado de são paulo.....	164
4.1 Resultados.....	165
Conclusões .....	171
Referências bibliográficas.....	172

## **CAPÍTULO 7 ► O CPC/2015 e o avanço da notificação adequada no processo coletivo do Brasil no rumo da *class action*.....177**

*Frederico Augusto Leopoldino Koehler e*

*Mariana Corrêa de Oliveira Andrade*

1. Introdução.....	177
2. <i>Class action</i> no direito norte-americano.....	178
3. Aspectos gerais da notificação adequada na <i>class action</i> .....	180
4. Aspectos procedimentais da notificação adequada na <i>class action</i> .....	182
5. A notificação adequada no processo coletivo brasileiro e o avanço trazido pelo CPC/2015 .....	187
6. Conclusão.....	191
Referências.....	192

## **CAPÍTULO 8 ► Intervenção móvel no processo coletivo e sua aplicação no mandado de segurança coletivo.....195**

*Ronaldo Vasconcelos e*

*César Augusto Martins Carnaúba*

1. Introdução .....	195
---------------------	-----

2. O microsistema de direito processual coletivo.....	196
3. A intervenção móvel.....	200
3.1. A intervenção móvel na ação popular .....	200
3.2. Ressalvas e preocupações sobre a responsabilidade estatal.....	207
4. Extensão da intervenção móvel ao mandado de segurança .....	209
5. Conclusões .....	214
Bibliografia .....	215

## **CAPÍTULO 9 ► Três velhos problemas do processo litisconsorcial à luz do CPC de 2015 .....217**

*Heitor Vitor Mendonça Sica*

1. Três velhas questões acerca do litisconsórcio.....	217
2. Litisconsórcio facultativo unitário ativo .....	220
3. Litisconsórcio ativo necessário .....	228
4. Existência, validade e eficácia da sentença proferida sem a participação de litisconsorte necessário .....	230
5. Referência bibliográfica .....	233

## **CAPÍTULO 10 ► O tratamento processual dos litisconsortes: do litisconsórcio ad processum ao litisconsórcio ad actum .....235**

*Ravi Peixoto*

1. Introdução.....	235
2. Litisconsórcio – noções gerais .....	236
2.1 Litisconsórcio unitário .....	237
3. O regime de tratamento do litisconsórcio .....	239
3.1 Noções iniciais.....	239
3.2 O reconhecimento jurídico do pedido.....	241
3.3 Renúncia .....	242
3.4 Revelia .....	243
3.5 A produção probatória e o litisconsórcio .....	244
3.6 A esfera recursal e o litisconsórcio .....	247
3.6.1 A desistência, a renúncia e a aquiescência recursal .....	247
3.6.2 Efeito expansivo subjetivo dos recursos.....	250
3.6.2.1 Os limites subjetivos do efeito devolutivo recursal e as questões não meritórias incidíveis .....	253
4. Conclusão.....	256
5. Referências .....	256

**CAPÍTULO 11 ► Substituição processual no processo civil individual e participação do substituído: entre a assistência litisconsorcial e o litisconsórcio necessário .....259**

*Lia Carolina Batista Cintra*

Introdução .....	259
1. A título de premissa: o que é substituição processual? .....	265
2. Substituição processual, eficácia da atuação do substituto (ou extensão da coisa julgada ao substituído) e contraditório .....	271
3. O pensamento de Proto Pisani e o entendimento unânime da doutrina italiana sobre a necessidade do litisconsórcio em caso de substituição processual .....	276
4. Doutrina espanhola: necessária ciência da pendência do processo ao substituído e possibilidade de intervenção.....	280
5. Soluções cogitadas para o ordenamento brasileiro na vigência do Código de Processo Civil de 1973 .....	281
6. O Código de Processo Civil de 2015 e a tramitação do projeto no Congresso Nacional .....	284
7. Substituição processual implícita e a multiplicação do problema – os casos de “litisconsórcio facultativo unitário” .....	287
Conclusão .....	289
Referências bibliográficas .....	289

**CAPÍTULO 12 ► Falta e nulidade de citação de litisconsorte passivo necessário – consequências da existência ou não da relação processual .....295**

*Osmar Mendes Paixão Côrtes*

1. Delimitação do tema.....	295
2. Considerações preliminares sobre a citação.....	295
3. Considerações sobre os vícios dos atos processuais.....	296
4. Pressupostos de existência da relação processual.....	299
5. Inexistência e nulidade da citação.....	302
6. A (ausência ou nulidade de) citação do litisconsorte passivo necessário .....	306
7. Consequências da falha da citação do litisconsorte passivo necessário unitário - medidas que poderão ser tomadas pelo litisconsorte .....	308
Bibliografia .....	313

**CAPÍTULO 13 ► A audiência do art. 334 do CPC e os reflexos no litisconsórcio.....317**

*Trícia Navarro Xavier Cabral*

1. Justiça Multiportas .....	317
2. Hipóteses de dispensa da audiência do art. 334 do CPC .....	319
3. Algumas questões controvertidas envolvendo a audiência do art. 334 do CPC.....	321

3.1. Possibilidade de o juiz realizar a audiência (art. 334, § 1º) .....	321
3.2. Presença dos advogados das partes na audiência (art. 334, § 9º).....	322
3.3. Audiência em casos envolvendo a Fazenda Pública .....	323
4. Impactos do art. 334 no litisconsórcio .....	324
5. Conclusão .....	328
6. Referências bibliográficas.....	329

## **CAPÍTULO 14 ► Breves apontamentos sobre o litisconsórcio no processo de improbidade administrativa .....331**

*Sarah Merçon-Vargas*

Introdução .....	331
1. O agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa.....	332
2. O particular no polo passivo da ação de improbidade administrativa.....	334
3. A pessoa jurídica de direito público na ação de improbidade administrativa .....	335
4. Cumulação de pedido de desfazimento de ato administrativo na ação de improbidade administrativa e litisconsórcio .....	338
5. Agente público e particular na ação de improbidade administrativa: o regime jurídico de garantias e o processo judicial.....	340
Conclusão .....	342
Bibliografia .....	342

## **CAPÍTULO 15 ► Poderes do assistente simples no novo Código de Processo Civil: notas aos arts. 121 e 122 do CPC ..... 345**

*Fredie Didier Jr.*

## **CAPÍTULO 16 ► Sobre o Mito de que o Assistente Simples não está sujeito ao Pagamento de Honorários de Sucumbência.....351**

*Maria Angélica Feijó*

Introdução .....	351
1. O que mudou com o advento do CPC/2015 em relação à assistência simples e honorários advocatícios? .....	353
1.1 A assistência simples no CPC/2015.....	353
1.2 A inovação do CPC/2015 em relação aos honorários advocatícios: a possibilidade de sua majoração em sede recursal.....	355
2. O assistente simples pode ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios em determinadas ocasiões .....	357
2.1 A origem do mito: o papel do artigo 94 nessa história toda .....	358
2.2 O assistido é omissor, e somente o assistente simples recorre, mantém a sentença de improcedência, porém, com a majoração dos honorários advocatícios. Quem paga esta conta?.....	361



2.3 Ainda: o assistido é omissor, e somente o assistente simples recorre, reverte a sentença de improcedência e também o ônus sucumbencial. De quem são estes honorários? Do advogado do assistido omissor ou do advogado do assistente que agiu para ganhar o processo? .....	363
Conclusão .....	364

## **CAPÍTULO 17 ► Incidente de desconsideração da personalidade jurídica ..... 365**

*Paulo Osternack Amaral*

1. Considerações iniciais .....	365
2. O problema anterior e a solução concebida pelo CPC/15 .....	366
3. Natureza do pedido de desconsideração .....	367
4. Modalidades de desconsideração .....	368
5. O requerimento de desconsideração.....	369
6. Legitimidade ativa .....	370
7. Comunicação ao distribuidor acerca da “instauração” .....	371
8. Suspensão do processo.....	371
9. Tutela provisória no âmbito do incidente.....	372
10. Legitimidade passiva .....	373
11. Amplitude da defesa do terceiro .....	373
12. Natureza da decisão, prescrição e decadência.....	374
13. Decisão sobre a desconsideração e recursos cabíveis .....	375
14. Ônus da sucumbência .....	376
15. Embargos de terceiro .....	377
16. Inexistência de benefício de ordem.....	377
17. Termo inicial da fraude de execução .....	377
18. Conclusão .....	378
19. Referências bibliográficas.....	378

## **CAPÍTULO 18 ► Desconsideração da personalidade jurídica: reflexões críticas acerca do incidente regulado pelo Código de Processo Civil de 2015 .....381**

*Rinaldo Mouzalas e  
Myriam Gadelha*

1. Introdução.....	381
2. Desconsideração da personalidade jurídica .....	384
2.1 Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade tributária dos sócios .....	387
2.2 Responsabilidade tributária e (não) aplicação do art. 50 do código civil .....	396

3.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	398
3.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal.....	402
4.	Conclusão .....	411

## **CAPÍTULO 19 ► A tutela provisória de urgência no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....413**

*Daniel Penteado de Castro e  
Agnon Éricon Cavaleiro*

Introdução .....	413
1. A desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC .....	415
1.1. Noções introdutórias.....	415
1.2. Momentos e fases do pedido de desconsideração.....	423
1.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	426
2. Breves considerações acerca da tutela provisória .....	434
3. A tutela provisória de urgência no incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	439
3.1. Considerações iniciais.....	439
3.2. Hipóteses de cabimento .....	449
3.3. Perfil da jurisprudência.....	453
Conclusão .....	456
Referências bibliográficas .....	457

## **CAPÍTULO 20 ► Desconsideração da personalidade jurídica e sucessão: consequências sobre a posição jurídica do terceiro em cada hipótese com relação aos seus ônus, deveres, faculdades e direitos processuais ..... 461**

*João Paulo Hecker da Silva*

1. Introdução.....	461
2. A desconsideração da personalidade jurídica .....	462
3. A sucessão .....	466
3.1. A sucessão inter vivos.....	467
3.1.1. Incorporação e fusão .....	468
3.1.2. Cisão .....	468
3.1.3. Trespasse.....	470
3.2. A sucessão processual .....	472
4. Discriminação dos cenários.....	474
5. Conclusões .....	484
6. Bibliografia .....	486

**CAPÍTULO 21 ► Desconsideração da personalidade jurídica e arbitragem ..... 489***Renato Resende Beneduzi*

1. Introdução.....	489
2. A desconsideração da personalidade jurídica entre direito material e processo.....	490
3. A desconsideração da personalidade jurídica no processo arbitral .....	493
4. A desconsideração da personalidade jurídica enquanto fundamento de demanda judicial autônoma contra o terceiro na relação jurídica material .....	495
5. A desconsideração da personalidade jurídica na execução judicial da sentença arbitral...	498
6. Conclusão .....	502
7. Bibliografia .....	502

**CAPÍTULO 22 ► O *amicus curiae* no novo Código de Processo Civil.....505***Antonio do Passo Cabral*

1. Introdução. O conceito e função do <i>amicus curiae</i> . Fundamentos normativos .....	505
2. A virada no novo CPC: <i>amicus curiae</i> na jurisdição ordinária .....	507
3. O <i>amicus curiae</i> como terceiro. Diferenças para as intervenções de terceiro tradicionais ..	509
4. Pressupostos e requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i> no novo CPC.....	511
4.1. Desnecessidade de alegar e provar interesse “jurídico”.....	511
4.2. O equivocado requisito de “representatividade adequada” .....	512
4.3. Repercussão social e relevância da matéria .....	514
4.4. Especificidade do objeto da demanda e relevância da informação prestada (potencial de influência).....	515
5. Quem pode intervir como <i>amicus curiae</i> ? Pessoa natural e pessoa jurídica.....	516
6. Termo final para postular a intervenção .....	517
7. Efeitos: não há modificação de competência .....	517
8. Poderes do <i>amicus curiae</i> . Fixação discricionária e casuística pelo juiz.....	518
8.1. Poderes de argumentação. Impossibilidade de exercício de prerrogativas inerentes às partes. Ausência de requerimento em sentido técnico. Aplicação dos deveres de consideração e fundamentação do juízo .....	519
8.2. Legitimidade e interesse recursal .....	520
8.3. Sustentação oral em audiência no juízo, na tribuna recursal ou em audiência pública .....	522
8.4. Legitimidade para ajuizamento de ação rescisória .....	523
9. Conclusão.....	524
10. Bibliografia .....	525

**CAPÍTULO 23 ► O *amicus curiae* e as novas caras da Justiça .....527***Eduardo Talamini*

1. Introdução.....	528
--------------------	-----

2.	As novas caras da Justiça .....	528
2.1.	O Estado constitucional contemporâneo .....	529
2.2.	A atividade construtiva na atuação jurisdicional do ordenamento .....	531
2.3.	O progressivo caráter transindividual da atividade judiciária .....	532
2.4.	O controle e implementação judicial de políticas públicas .....	533
2.5.	A “vocalização da nossa época para a jurisdição” .....	535
2.6.	As críticas ao déficit democrático e à onipresença do Judiciário .....	536
2.7.	A relevância do Judiciário como instituição contramajoritária .....	537
2.8.	A legitimação pelo contraditório .....	538
2.9.	<i>Amicus curiae</i> e fundamentos constitucionais.....	540
3.	Noção e origem.....	540
4.	Distinção em face das demais modalidades interventivas .....	541
5.	Distinção em face de outras figuras.....	541
6.	“Nova” categoria geral de intervenção de terceiros .....	541
6.1.	As regras estabelecidas na vigência do CPC/1973.....	542
6.2.	Previsão em legislação esparsa anterior ao CPC/2015.....	542
6.3.	A aplicação do instituto por direta imposição constitucional.....	542
6.4.	A previsão geral e as regras especiais sobre <i>amicus curiae</i> no CPC/2015.....	543
6.5.	A função do art. 138 do CPC/2015 .....	544
6.6.	Amplitude e plasticidade da figura do <i>amicus</i> (as várias caras do <i>amicus</i> ) .....	544
7.	Participação do <i>amicus</i> em processos em que se veda a “intervenção de terceiros” .....	544
7.1.	<i>Amicus curiae</i> no mandado de segurança .....	545
7.2.	<i>Amicus curiae</i> nos Juizados Especiais .....	546
8.	Momento da intervenção .....	547
9.	Pressupostos objetivos.....	547
10.	Pressupostos subjetivos .....	549
10.1.	Natureza do sujeito interveniente .....	549
10.2.	Contributividade (“representatividade”) adequada .....	550
11.	O possível interesse do <i>amicus</i> na causa.....	551
12.	Ausência de disponibilidade quanto à forma de intervenção .....	553
13.	Intervenção espontânea ou provocada; de ofício ou a pedido .....	553
13.1.	<i>Amicus</i> e negócio processual .....	553
13.2.	Não obrigatoriedade da intervenção .....	554
14.	(Ir)recorribilidade da decisão sobre o ingresso de <i>amicus curiae</i> e ausência de discricionariedade judicial .....	555
14.1.	Irrecorribilidade em primeiro grau .....	555
14.2.	Recorribilidade da inadmissão pelo relator .....	556
14.3.	Ausência de discricionariedade.....	557
14.4.	Cabimento de embargos declaratórios .....	557
15.	A gama de poderes do <i>amicus curiae</i> .....	558

15.1. Poder de influência .....	558
15.2. Ausência de legitimidade recursal: a regra e suas exceções .....	559
15.2.1. Legitimidade para embargos declaratórios .....	559
15.2.2. Legitimidade recursal diante de julgamento de casos repetitivos.....	560
15.2.3. Previsões normativas especiais.....	562
15.2.4. Recurso como terceiro prejudicado .....	562
15.3. Ausência de legitimidade para ação rescisória: a regra e suas exceções.....	562
15.3.1. Decisão sobre julgamento de casos repetitivos .....	562
15.3.2. Terceiro prejudicado .....	563
16. Não atingimento pela coisa julgada ou efeito da assistência. ....	563
17. Não modificação de competência .....	564
18. O <i>amicus curiae</i> e o procedimento das súmulas.....	564
18.1. A relevância e repercussão inerentes ao objeto da súmula.....	564
18.2. O <i>amicus</i> e a súmula vinculante .....	565
18.3. O <i>amicus</i> e procedimento de edição de súmula vinculante instaurado de ofício .....	566
18.4. O <i>amicus curiae</i> e a súmula não vinculante .....	569
19. O <i>amicus curiae</i> como mecanismo essencial para a legitimidade da ação declaratória de constitucionalidade .....	571
20. O amplo convite aos possíveis <i>amici</i> .....	572
21. A plasticidade do <i>amicus</i> e o dever de adequação .....	573
22. Conclusão.....	574

## **CAPÍTULO 24 ► *Amicus curiae* ou assistência: a intervenção do Cade prevista na Lei 12.529/2011.....575**

*Flávio Luiz Yarshell e  
Adriano Camargo Gomes*

1. Introdução.....	575
2. O art. 118, LDC, como <i>amicus curiae</i> .....	577
3. O art. 118, LDC, como assistência .....	581
4. As limitações das construções jurídicas examinadas – uma breve crítica .....	583
4.1 Crítica das construções jurídicas examinadas a partir de seus próprios pressupostos.....	584
4.2 Crítica dos pressupostos utilizados nas construções jurídicas examinadas .....	586
5. Considerações finais.....	590
Referências bibliográficas.....	590

## **CAPÍTULO 25 ► “*Amicus curiae*” e a legitimação dos “julgamentos repetitivos” .... 595**

*José Carlos Baptista Puoli*

I. Introdução.....	595
II. A escolha do caso “representativo”, “paradigmático” ou do “processo modelo” a ser julgado .....	599

III. O “amicus curiae” e sua generalização no CPC .....	601
IV. A função do “amicus curiae” no que toca à legitimidade dos julgamentos repetitivos .....	603
V. Participação possível, mas não obrigatória .....	606
VI. Conclusão .....	608
Bibliografia .....	608

## **CAPÍTULO 26 ► O papel do *amicus curiae* nos processos estruturais .....611**

*Marco Antonio Rodrigues,  
Rodrigo Gismondi*

1. Introdução .....	611
2. Breves considerações sobre a intervenção do <i>amicus curiae</i> e o art. 138 do CPC .....	611
3. O que são processos estruturais? .....	623
4. O fundamento normativo da intervenção do <i>amicus curiae</i> nos processos estruturais .....	630
5. A importância do <i>amicus curiae</i> para os processos estruturais .....	632
6. Considerações finais .....	638
Referências bibliográficas .....	639

## **CAPÍTULO 27 ► O relevante papel do *amicus curiae* no incidente de resolução de demandas repetitivas ..... 643**

*Mateus Aimoré Carreteiro*

1. Introdução .....	643
2. Premissa metodológica: a relevância do contraditório substancial no processo civil moderno .....	645
3. Breves notas sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas .....	646
3.1. Preocupação com a representação adequada dos sujeitos sobrestados no incidente de resolução de demandas repetitivas .....	651
4. Breves notas sobre o <i>amicus curiae</i> .....	654
4.1. Participação interessada do <i>amicus curiae</i> em benefício do contraditório substancial .....	657
5. A participação do <i>amicus curiae</i> como forma de legitimação do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	659
6. Tratamento dado pelos tribunais à participação do <i>amicus curiae</i> no incidente de resolução de demandas repetitivas .....	662
7. Conclusão .....	667
8. Bibliografia .....	668

## **CAPÍTULO 28 ► A oposição no CPC/2015 .....671**

*Felipe Sripes Wladeck*

1. Considerações iniciais .....	671
2. A oposição no CPC/1973 .....	672

## SUMÁRIO

2.1	Oposição interventiva .....	672
2.2	Oposição autônoma .....	674
3.	A oposição no CPC/2015 .....	674
3.1	A proposta inicial era excluir a oposição do CPC .....	674
3.2	A extinção da modalidade interventiva .....	675
3.3	Nota de ordem terminológica .....	676
4.	A disciplina legal da oposição no CPC/2015 .....	677
4.1	Processo e procedimentos em face dos quais cabe oposição.....	677
4.2	Ainda sobre a admissibilidade e o momento para a formulação da oposição .....	679
4.3	“Facultatividade” da oposição .....	680
4.4	A demanda do oponente deve ser excludente da pretensão das partes da demanda originária .....	682
4.5	Ainda sobre a incompatibilidade entre a oposição e a demanda originária .....	682
4.6	Relação de prejudicialidade entre a demanda originária e a oposição e a ordem do julgamento .....	683
4.7	Distribui-se a oposição por dependência .....	684
4.8	A competência para a oposição .....	684
4.9	Os requisitos da inicial da oposição e a questão da autocomposição .....	686
4.10	Limites objetivos e subjetivos da oposição .....	687
4.11	Procedimento adequado para a oposição.....	688
4.12	Cumulação de demandas e procedimento .....	688
4.13	Litisconsórcio passivo necessário simples .....	689
4.14	Citação dos opostos “na pessoa de seus advogados” .....	689
4.15	Citação “para contestar” em 15 dias.....	691
4.15.1	“Contestação” .....	691
4.15.2	Prazo comum de 15 dias.....	692
4.16	Revelia e suas consequências .....	692
4.17	A regra do art. 684 do CPC/2015 .....	694
4.17.1	Reconhecimento da procedência da oposição pelo autor-oposto .....	694
4.17.2	Reconhecimento da procedência da oposição pelo réu-oposto .....	694
4.18	Julgamento conjunto.....	695
4.18.1	A disciplina do CPC/1973 .....	695
4.18.2	A disciplina do CPC/2015.....	695
4.18.3	A hipótese de julgamento em separado .....	697
5.	Considerações finais.....	697
	Referências Bibliográficas .....	698

## **CAPÍTULO 29 ► Ampliação subjetiva do processo e reconvenção .....701**

*Fredie Didier Jr.,  
Paula Sarno Braga*

**CAPÍTULO 30 ► Breves notas sobre a reconvenção subjetivamente ampliativa.....705***Luis Guilherme Aidar Bondioli***CAPÍTULO 31 ► Intervenção de terceiros e negócios processuais .....711***Bruno Gressler Wontroba*

1. Introdução.....	711
2. Os negócios processuais.....	711
2.1. Conceito e função.....	711
2.2. Espécies – negócios processuais típicos e atípicos.....	712
2.3. Existência, validade e eficácia .....	714
2.4. A licitude do objeto dos negócios processuais.....	715
3. Intervenção de terceiros e negócios processuais atípicos .....	716
3.1. A criação de modalidade de intervenção de terceiro em negócio processual atípico ...	716
3.2. Negócios processuais e assistência simples.....	718
3.3. Negócios processuais e incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	721
3.4. Negócios processuais e <i>amicus curiae</i> .....	722
4. Conclusão.....	724
5. Referências bibliográficas.....	725

**CAPÍTULO 32 ► Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial.....729***Fredie Didier Jr.*

1. Conceito de legitimação extraordinária.....	729
2. Fonte normativa da legitimação extraordinária .....	730
3. Legitimação extraordinária ativa de origem negocial .....	732
4. Legitimação extraordinária passiva de origem negocial.....	734
5. O chamamento à autoria como exemplo histórico de legitimação extraordinária de origem negocial. ....	735
6. Legitimação extraordinária de origem negocial e pendência do processo.....	736
7. Referências bibliográficas.....	736

**CAPÍTULO 33 ► Legitimidade extraordinária convencional .....739***Renato Resende Beneduzi*

1. Introdução.....	739
2. Legitimidade processual como expressão da liberdade de agir .....	741
3. Legitimidade processual ordinária e Legitimidade processual extraordinária .....	742
4. Legitimidade processual extraordinária voluntária.....	744



5. Alienabilidade do direito como requisito da substituição voluntária.....	745
6. Características da substituição voluntária .....	747
7. Três exemplos práticos: tutela possessória, alienação do controle de uma sociedade e o <i>third party funding</i> .....	751
8. Conclusão.....	754
9. Bibliografia .....	754

## **CAPÍTULO 34 ► Recorribilidade das decisões em matéria de intervenção de terceiros.....757**

*Luís Guilherme Aidar Bondioli*

1. Considerações iniciais .....	757
2. Assistência.....	757
3. Denúnciação da lide .....	761
4. Chamamento ao processo.....	762
5. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica .....	764
6. <i>Amicus curiae</i> .....	766
7. Bibliografia .....	769

## **CAPÍTULO 35 ► Sujeitos processuais no processo de interdição.....771**

*Robson Renault Godinho*

1. Delimitação do tema.....	771
2. Partes, terceiros e sujeitos processuais .....	772
3. Legitimados ativos .....	778
3.1. Autointerdição .....	780
4. Legitimidade passiva .....	782
5. Ministério Público .....	784
6. Curador especial.....	788
7. Intervenção de terceiros e jurisdição voluntária .....	790
7.1 A intervenção prevista no art. 752, § 3º, CPC.....	791
8. Perito.....	799
9. Juiz.....	804
9.1. Entrevista.....	805
9.2. Sentença .....	809
10. Curador .....	812